

NOMEAÇÃO DE PROFESSORES



O Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) iniciou a auditoria especial que vai avaliar a nomeação dos aprovados em concurso para o cargo de professor do Estado, constantes do cadastro de reserva. A auditoria foi determinada pelo Pleno do TCE-PE no último dia 8, na sessão que julgou o recurso do Governo do Estado contra a medida cautelar que determinava à Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) a nomeação dos aprovados em concurso.

O recurso foi parcialmente acatado, alterando a decisão inicial. Em outras palavras, o conselho afastou a substituição imediata dos contratos temporários pelos concursados, mas manteve a determinação para que a SEE não renove, ou realize novos contratos temporários para a função de professor, salvo em casos excepcionais.

“Esperamos dar uma resposta para a sociedade pernambucana, especialmente aos professores, dentro do prazo determinado”, afirmou o conselheiro Ranilson Ramos, relator, que assinou a abertura do trabalho, na presença da diretora de Controle Externo, Adriana Arantes.

Nos próximos dias haverá reuniões com representantes da SEE para tratar do assunto. A auditoria tem 30 dias para elaboração do relatório, e mais 30 para julgamento.

CÂMERAS DE MONITORAMENTO



O TCE-PE encaminhou ofício ao secretário de Defesa Social do Estado, Alessandro Mattos, pedindo informações sobre o andamento da licitação para compra de câmeras de videomonitoramento em vias públicas, e a data prevista para a instalação dos novos equipamentos. O documento foi enviado na última quarta-feira (15) pelo conselheiro Marcos Loreto, relator dos processos da SDS.

As 358 câmeras espalhadas pelo Recife, Olinda, Caruaru e Petrolina foram desligadas em novembro do ano passado, com o fim do contrato com a empresa prestadora do serviço.

A SDS tem até 31 de maio para enviar as informações.

FERNANDO DE NORONHA



O conselheiro Eduardo Porto emitiu um Alerta de Responsabilização à administradora geral do Distrito de Fernando de Noronha, Thallyta Figueroa Peixoto, para que se regularize a contratação dos serviços de limpeza urbana da ilha. A decisão foi aprovada por unanimidade na sessão da Primeira Câmara da última terça-feira (14).

O alerta ocorre pelas sucessivas dispensas emergenciais para a contratação dos serviços de limpeza urbana, e se justifica pela possibilidade de danos à população com a paralisação dos serviços de limpeza.

SOLIDARIEDADE

O TCE-PE se uniu à campanha nacional em socorro às famílias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. As doações podem ser feitas diretamente ao Tribunal Solidário, organização sem fins lucrativos formada por servidores. Pessoas de fora da instituição também podem contribuir. A chave pix é 07.730.717/0001-38 (CNPJ).

Siga o TCE nas redes sociais

 /TCEPernambuco

 @tcepe

 @tce_pe